

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A  
20/01/2026) - IRSA 33 - KNOWLEDGE MANAGEMENT, EXTENSION  
SERVICES, AND AGRI-FOOD INNOVATION

**DO SERVIÇO PÚBLICO À AGENDA PRIVADA: RECONFIGURAÇÃO DA  
EXTENSÃO RURAL NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO**

*Carolina Rios Thomson (riosthompsoncarolina@gmail.com)*

*Flaviane Carvalho Canavesi (flavianecanavesi@unb.br)*

*Jessica Rodrigues Pereira (rodrigues.jessica@unb.br)*

*Thábata Lohane Pereira Marinho Bezerra (thabata.agroecol@gmail.com)*

*César Adriano De Souza Barbosa (cesar.barbosa@unb.br)*

O trabalho analisa como as empresas públicas de extensão rural na região Centro-Oeste do Brasil foram desmontadas ou enfraquecidas como resultado das reformas neoliberais desde a década de 1990. Examina-se um projeto em curso de desmonte dos serviços públicos de extensão e sua substituição por atores privados alinhados aos interesses do agronegócio corporativo, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O estudo destaca como esse processo reflete um projeto mais amplo de extensão seletiva, que prioriza a agricultura convencional em detrimento de abordagens agroecológicas e socialmente inclusivas.

A análise baseia-se em pesquisa de campo qualitativa realizada entre 2023 e 2025, incluindo 12 entrevistas semiestruturadas com atores-chave dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além de documentos institucionais e registros de políticas públicas. Os dados foram examinados sob a ótica da Análise Crítica do Discurso, com foco nos discursos dos extensionistas sobre sua prática profissional, as instituições em que atuam, os processos históricos de mudança institucional e as condições materiais e políticas em que seu trabalho é realizado.

Os resultados apontam que os serviços públicos de extensão no Centro-Oeste foram enfraquecidos por cortes orçamentários recorrentes, abandono institucional e negligência política em nível estadual. Onde os órgãos públicos ainda permanecem ativos — como a EMATER-DF — seguem uma orientação produtivista e tecnocrática, carente de perspectivas críticas sobre sustentabilidade ou soberania alimentar. Práticas agroecológicas persistem apenas por meio de iniciativas isoladas lideradas por extensionistas individuais, e não como estratégias institucionais.

Essa configuração consolida um modelo de extensão rural que marginaliza abordagens democráticas, participativas e agroecológicas. O estudo reforça a necessidade urgente de resgatar a extensão rural pública como ferramenta estratégica para o desenvolvimento rural sustentável e a justiça social na agricultura familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar; política pública; agroecologia; análise do discurso; desenvolvimento rural.